Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral : Cel PM Rodrigo Sousa Rodrigues

Expediente

ATO PMMG Nº 030 / 2020
REVOGAÇÃO ORDENADOR DE DESPESAS

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 22, do Decreto Estadual nº 37.924, de 16 de maio de 1996, REVOGA a designação dos militares abaixo relacionados, para atuarem como Ordenadores de Despesas nas respectivas Unidades Executoras, a partir da data especificada, a saber:

UNIDADE	SITUAÇÃO	NR PM	NOME	CPF	DATA
CAE: 1250017	TITULAR	118.712-9	Ten Cel PM Ronivaldo Gonçalves	009.384.886-27	23/06/2020
	SUBSTITUTO	122.630-7	Maj PM Cassius Marcelo P. de Oliveira	981.081.666-91	25/06/2020

DESIGNAÇÃO ORDENADOR DE DESPESAS

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 22, do Decreto Estadual nº 37.924, de 16 de maio de 1996, DELEGA competência aos militares abaixo relacionados, para atuarem como Ordenadores de Despesas nas respectivas Unidades Executoras, a partir da data especificada, a saber:

UNIDADE	SITUAÇÃO	NR PM	NOME	CPF	DATA
CAE: 1250017	TITULAR	122.630-7	Maj PM Cassius Marcelo P. de Oliveira	981.081.666-91	25/06/2020

Belo Horizonte, 29 de junho de 2020.
RODRIGO SOUSA RODRIGUES, CEL PM
COMANDANTE GERAL

29 1369529 - 1

ATO DO CHEFE DO EM/9RPM - CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art. 7, inciso XVII, da CF/1988, c/c o 2 do art.2 da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n. 166.468-9, MARILIA TRAVAGLIA, ASPM-1C, a partir de 18/05/2020.

ATO DO COMANDANTE DO CTPM – PATOS DE MINAS - CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art. 7, inciso XVII, da CF/1988, c/c o 2 do art.2 da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n. 177.343-1, MONALIZA LUIZA DA CRUZ, PEBPMIA-24, a partir de 20/05/2020.

ATO DO COMANDANTE DO 51 BPM - CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art. 7, inciso XVII, da CF/1988, c/c o 2 do art.2 da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n. 166.607-2, ANA CLARA SILVA FARIA, ASPM-1C, a partir de 04/05/2020.

ATO DO COMANDANTE DO 15 RPM - CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art. 7, inciso XVII, da CF/1988, c/c o 2 do art.2 da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n. 165.744-4, ANA LUIZA PECHIR PEREIRA, ASPM-1C, a partir de 21/05/2020.

29 1369582 - 1

ATO DO COMANDANTE DO CTPM – BH - CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 120 dias, nos termos do art. 7, inciso XVII, da CF/1988, c/c o 2 do art.2 da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n. 137.874-4, CLAUDIA MARIA DIAS PAES, PEBPMIA-24, a partir de 16/03/2020; ao n.176.616-1, DEBORA CRISTINA DE FIGUEIREDO ALMEIDA, PEBPMIA-24, a partir de 22/04/2020; ao n. 176.830-8, PATRICIA APARECIDA CHAVES COSTA NOGUEIRA, PEBPMIA-24, a partir de 24/03/2020.

29 1369531 - 1

O CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de sua competência, fundamentada na Lei Estadual nº 6.624, de 18 de julho de 1975, regulamentada pelo art. 6º, inciso VIII do Decreto nº 18.445, de 15 de abril de 1977, DELEGA competência ao Nº 106.680-2, CEL PM CLEYDE DA CONCEIÇÃO CRUZ FERNANDES, Diretora de Finanças da PMMG em substituição do Nº 109.658-5, CEL PM MARCOS ANGELO VIEIRA JUNIOR, para abrir, movimentar, cancelar e demais atos necessários, referentes às contas bancárias (corrente/poupança) no Banco do Brasil SA, vinculadas aos convênios/contratos de repasse celebrados pela PMMG com entes Municipais, Estaduais e Federais, bem como para atuar como Ordenador de Despesas dos Convênios firmados entre a PMMG e o Governo Federal e efetuar pagamentos e liberar arquivos de pagamentos por Ordem Bancária de Transferências Voluntária - OBTV no âmbito do Portal dos Convênios - SICONV.

O CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de sua competência, fundamentada na Lei Estadual nº 6.624, de 18 de julho de 1975, regulamentada pelo art. 6º, inciso VIII do Decreto nº 18.445, de 15 de abril de 1977, DELEGA competência ao Nº 106.680-2, CEL PM CLEYDE DA CONCEIÇÃO CRUZ FERNANDES, CPF 902.254.146-0, Diretora de Finanças da PMMG, para transações, movimentação financeira, pagamento e transferência por meio eletrônico através do autoatendimento do setor público, nas contas bancárias do Banco do Brasil SA, agência 1615-2, relativos aos convênios firmados pela PMMG, que deverão ser assinados eletronicamente em conjunto com, pelo menos, um dos militares abaixo relacionados:

POSTO	NOME	CPF	SEÇÃO
Ten. Cel. PM	Flávio Oliveira de Almeida	023.929.086-05	Subdiretor de finanças
Cap. PM	Frederico Kopp de Lima	012.093.196-67	Chefe da Seção de Convênios e Congêneres

O CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de sua competência, fundamentada na Lei Estadual nº 6.624, de 18 de julho de 1975, regulamentada pelo art. 6º, inciso VIII do Decreto nº 18.445, de 15 de abril de 1977, DELEGA competência ao Nº 106.680-2, CEL PM CLEYDE DA CONCEIÇÃO CRUZ FERNANDES, Diretora de Finanças da PMMG para atuar junto ao Banco do Brasil SA, para gerir, aprovar e contratar transações cambiais e de compras internacionais.

29 1369352 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: Wagner Pinto de Souza

Expediente

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL

Auxílio funeral.

Concede auxílio funeral, nos termos do Decreto nº 47.506/2018, aos seguintes beneficiários:

Masp	Servidor	Requerente	Data óbito
60.818-2	Geraldo Fernandes Ervilha	Marco Antônio Fonseca Ervilha	23/11/2016
220.083-0	Ailton de Deus do Carmo	Elisabete de Souza Silva do Carmo	04/04/2020
58.880-6	Sebastião Faria	Delma Faria	28/02/2020
668.211-6	Antônio Siqueira Araújo	Marisa Soares dos Reis Siqueira	24/05/2020
44.466-1	Sebastião de Moraes Coelho	Fernando José de Moraes	23/05/2020
1.112.310-6	Flavio Machado Fiuza	Irene Machado Fiuza	08/06/2020

Belo Horizonte, 26 de junho de 2020.
Marcelo Augusto Couto
Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

29 1369553 - 1

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº: 073/DPP/ACADEPOL/PCMG/2020

Designa Equipe Didático-Pedagógica do Curso Inteligência Policial II / 2020 – EAD.

A Diretora da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, em observância ao que preceitua o art. 140, § 1º da Constituição Estadual de Minas Gerais, o art. 36, da Lei Complementar nº 129 de 08/11/2013 - LOPC e demais legislações vigentes, resolve designar os servidores abaixo referenciados, sem prejuízo das atribuições dos respectivos cargos e funções, como membros da Equipe Didático-Pedagógica do Curso Inteligência Policial II / 2020 – EAD a saber:

Órgão Executor:	Academia de Polícia Civil de Minas Gerais – ACADEPOL.
Público Alvo:	Servidores das carreiras Policiais da PCMG
Modalidade:	Ensino a Distância (EAD)
Endereço Eletrônico:	Plataforma EAD: http://ead.policiaivil.mg.gov.br
Carga Horária:	20 horas/aula
Período:	17 a 26 de junho de 2020
Nº do Projeto:	49/2020
Prova Final:	26 de junho de 2020, de 08h às 20h (online)

Equipe Didático-Pedagógica:	
Nome	Masp
Coordenadora-Geral	
Cinara Maria Moreira Liberal	381.129-6
Subcoordenador-Geral	
Alcides Costa	294.474-2
Coordenadora Didático-Pedagógica	
Rita Rosa Nobre Mizerani	349.306-1
Coordenadores Técnicos	
Bruno Carmo Freire	1.256.050-4
Magna de Oliveira	340.610-5
Nilson Paulo D'el Menezzi Netto	340.473-8
Rosa Leisa Cordeiro Moura	387.407-0
Instrutor Técnico	
Felipe Costa Marques de Freitas	1.145.099-6

Monitores/Tutores	
Anderson Luiz Ferreira Fernandes Feitosa	1.413.086-8
Bruno Moura Martins Da Costa	1.135.772-0
Claudio Soares Quintao	458.113-8
Cristina Ferreira Lopes Campos	1.412.221-2
Daniela Savuri Lara Youhiziane	1.413.806-9
Edvaldo Julio de Souza	1.257.073-5
Francieli Morgany Niza Cardoso	1.340.808-3
Gabriela Goldner da Rocha	1.458.365-2
Gladyston Gabriel Ferreira	1.174.078-4
Grace Renata Cunha Paula	1.257.066-9
Guilherme da Mata Vieira	1.242.740-7
Leticia Domingos Sena	1.281.874-6
Leticia Martins de Oliveira Castro	1.365.739-0
Luiz Marcelo Ferreira Del Menezzi	349.072-9
Marconi Jose Nunes	341.957-9
Melina Adélio Lisboa	1.455.398-6
Nayara Tasende Oliveira de Paula	1.251.629-0
Paulo Cesar Campos de Barros Junior	386.260-4
Paulo Victor Teixeira	1.242.852-0
Pedro Henrique de Almeida	1.243.023-7
Plínio Nunes Lacerda	1.412.598-3
Rainy Junia Paula Rodrigues	458.351-4
Raphael Franca Olinquevievz	1.188.683-5
Raquel Soares Raso Lima	1.135.935-3
Vinicius Augusto Ribeiro Caldas	1.356.626-0

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em

Belo Horizonte, aos 26 de junho de 2020.

Cinara Maria Moreira Liberal

Delegada-Geral de Polícia

Diretora da Academia de Polícia Civil

29 1369555 - 1

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS

*PORTARIA Nº 1306, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Regulamenta o funcionamento e os procedimentos para o credenciamento de instituições e entidades públicas ou privadas para ministrarem cursos especializados, de capacitação, de requalificação, de atualização para renovação de CNH, nas modalidades de ensino presencial e à distância, e dá outras providências.

O Diretor Do Departamento De Trânsito De Minas Gerais – DETRAN/MG, órgão executivo de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro; o art. 37 da Lei Complementar Estadual nº129, de 08 de novembro de 2013; bem como as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

Considerando que compete ao DETRAN/MG, como Órgão Executivo Estadual de Trânsito, credenciar órgãos, instituições e entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito e cumprir e fazer cumprir tal legislação no âmbito do Estado de Minas Gerais; Considerando os termos das Resoluções 789/20, 410/2012 e 730/2018 do CONTRAN, que estabelecem normas e procedimentos para o credenciamento de instituições e entidades públicas ou privadas para o processo de capacitação, qualificação e atualização de profissionais, atualização para renovação de CNH e reciclagem para condutores infratores, nas modalidades de ensino presencial e à distância; Considerando a necessidade de uniformizar, reorganizar e redefinir os procedimentos de credenciamento e renovação de credenciamento de instituições e entidades públicas e privadas para ministrarem os cursos previstos na legislação de trânsito e a necessidade de editar normas complementares e atualizadas sobre o funcionamento das credenciadas no Estado de Minas Gerais;

Considerando a Portaria do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN nº 4934, de 21 de novembro de 2019, que instituiu o Manual de Operações de que trata o §1º do art. 14 da Resolução do CONTRAN nº 730/2018 e que trouxe a previsão, em seu art. 10, de que caberá aos DETRANS a definição dos requisitos para o credenciamento das entidades homologadas pelo DENATRAN para oferta de cursos de educação para o trânsito na modalidade de Ead; Considerando que é de responsabilidade do DETRAN/MG fiscalizar e assegurar a lisura das atividades desempenhadas pelos parceiros credenciados e voltadas aos candidatos e condutores mineiros; Considerando o entendimento jurisprudencial, sobretudo o firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 5774 de que não compete aos Estados legislarem sobre as matérias de trânsito, bem como a recomendação do DENATRAN sobre a não restrição ao credenciamento de Entidades, exarada no Ofício Circular nº 8/2018/DENATRAN/SE, de 02 de outubro de 2018, que afasta, portanto, a aplicabilidade dos dispositivos limitadores do Decreto Estadual 45.762/2011;

Considerando as alterações trazidas pela Portaria do DETRAN/MG nº 2.000, de 08 de novembro de 2019, que transferiram para a Divisão de Habilitação as atribuições relacionadas às entidades e instituições, anteriormente pertencentes à Coordenação de Educação de Trânsito; Considerando a Portaria do DETRAN/MG nº 813, de 23 de março de 2020, que regulamentou e padronizou, com relação ao período de habilitação do requerente, ao sistema operacional de acesso e ao processo de fiscalização, o credenciamento das pessoas jurídicas que executam atividades previstas na legislação de trânsito, de atribuição do DETRAN/MG;

Resolve:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O credenciamento de Instituições e Entidades públicas ou privadas junto ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – DETRAN/MG, para ministrarem os cursos de que tratam as Resoluções nº 789, de 18 de junho de 2020, e nº 410, de 02 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, observará os requisitos

previstos nesta Portaria e nas Resoluções do CONTRAN, será anual e o DETRAN/MG publicará, em cada exercício, o prazo para a habilitação dos interessados no pré-cadastro, conforme disposto na Portaria do DETRAN/MG nº 813/2020 e demais normas que regem a matéria.

Art. 2º Para os fins de que trata esta Portaria, são considerados cursos:

I. Especializados, os de:

a) Transporte Coletivo de Passageiros, Transporte de Escolares, Transporte de Produtos Perigosos, Transporte de Veículos de Emergência e Transporte de Cargas Indivisíveis, discriminados e regulamentados nos itens 6.1, 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5 do ANEXO II da Resolução nº 789/20 do CONTRAN, e os de suas atualizações, discriminados e regulamentados no item 7 do ANEXO II da Resolução nº 789/20 do CONTRAN.

b) Transporte de Passageiros (mototaxista) e Entrega de Mercadorias (motofretista) em motocicletas ou motonetas, discriminados e regulamentados na Resolução nº 410/12 do CONTRAN;

II. De formação de recursos humanos para atuarem no processo de formação de condutores, os de qualificação e de atualização de profissional de Instrutor de Trânsito, Instrutor de Cursos Especializados, Examinador de Trânsito, Diretor Geral e Diretor de Ensino de Centro de Formação de Condutores, e de examinador de trânsito, discriminados e regulamentados nos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 do ANEXO III da Resolução nº 789/20 do CONTRAN.

III. De requalificação, o de reciclagem e atualização extraordinários de instrutores e diretores de Centro de Formação de Condutores previsto no §3º do art. 49 da Resolução nº 789/20 do CONTRAN.

IV. Não especializados, os de:

a) Atualização para Renovação de CNH, discriminado e regulamentado no item 4 do ANEXO II da Resolução 789/20 do CONTRAN;

b) Reciclagem para Condutores Infratores, discriminado e regulamentado no item 5 do ANEXO II da Resolução 789/20 do CONTRAN;

c) Preventivo de Reciclagem, previsto nos parágrafos 5º e 6º do art. 261 da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) e regulamentado no item 5.4 do ANEXO II da Resolução 789/20 do CONTRAN. Parágrafo único O curso de requalificação de que trata o inciso III, ministrado no Estado de Minas Gerais, será discriminado e regulamentado em portaria do Diretor do DETRAN/MG.

Art. 3º O condutor que atender às seguintes condições, cumulativamente, poderá realizar o curso Preventivo de Reciclagem:

a - Exercer atividade remunerada em veículo (com registro de atividade remunerada em sua Carteira Nacional de Habilitação);

b - Ser habilitado na Categoria C, D ou E;

c - Atingir, no período de um ano, pontuação entre 14 e 19 pontos

d - Ter habilitação em situação regular (nem suspensa, nem cassada);

e - Não ter realizado outro curso preventivo de reciclagem nos últimos 12 (doze) meses, contados da data de conclusão do último curso preventivo de reciclagem.

§1º Os condutores que preencherem os requisitos deverão solicitar autorização para realização do Curso Preventivo de Reciclagem através do formulário integrante do ANEXO I desta Portaria, disponível no site do DETRAN/MG.

§2º Após a conclusão do curso, o condutor será submetido a um Exame Teórico presencial e, sendo aprovado, a pontuação existente quando do requerimento de autorização para realização do Curso Preventivo de Reciclagem será eliminada de seu prontuário.

§3º O condutor reprovado uma primeira vez poderá realizar nova avaliação após 5 (cinco) dias e, se reprovado pela segunda vez, poderá matricular-se para um novo curso.

Art. 4º Os cursos Especializados, o de Atualização para Renovação da CNH, o de Reciclagem para Condutores Infratores e o Preventivo de Reciclagem poderão ser ministrados na modalidade de ensino à distância, desde que a Instituição ou Entidade esteja devidamente homologada pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, conforme disposto na Resolução 730/2018 do CONTRAN.

Parágrafo único. A exigência da homologação pelo DENATRAN não se aplica aos cursos especializados ministrados pelas Forças Armadas e pelos Órgãos ou Entidades Públicas de Segurança ou de Saúde (art. 1º, §4º da Resolução 730/2018 do CONTRAN).

Art. 5º Poderão ministrar os seguintes cursos, desde que devidamente credenciados:

I. Instituições e Entidades: os cursos das alíneas “a” e “b” do inciso I (e suas respectivas atualizações) do artigo 2º desta Portaria nas modalidades de ensino presencial e à distância; os cursos dos incisos II e III do artigo 2º desta Portaria na modalidade de ensino presencial; e os cursos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso IV do art. 2º desta Portaria, nas modalidades de ensino presencial e à distância;

II. Instituições vinculadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem - Sistema “S”: os cursos das alíneas “a” e “b” do inciso I (e suas respectivas atualizações) do artigo 2º desta Portaria nas modalidades de ensino presencial e à distância.

III. Centros de Formação de Condutores – CFC: os cursos da alínea “b” do inciso I e das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso IV do artigo 2º desta Portaria nas modalidades de ensino presencial e à distância;

IV. Órgão de Segurança Pública e Unidades das Forças Armadas e Auxiliares: os cursos das alíneas “a” e “b” do inciso I (e suas respectivas atualizações) do artigo 2º desta Portaria, observados os §§ 7º e 8º do art. 27 da Resolução 789/20 do CONTRAN; e os cursos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso IV do art. 2º desta Portaria, nas modalidades de ensino presencial e à distância;

V. Órgãos Executivos de Trânsito Municipais e suas entidades vinculadas: os cursos da alínea “b” do inciso I do artigo 2º desta Portaria, na modalidade de ensino presencial;

Parágrafo único. Os cursos ministrados devem ser capazes de estimular o raciocínio e a criatividade e de formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, aptos a entenderem o contexto onde irão operar e a responsabilização de sua ação para um trânsito seguro e humano.

Art. 6º O credenciamento das Instituições e das Entidades para ministrarem cursos é específico para cada endereço, quando ministrado na modalidade presencial, intransferível e renovável a cada 1 (um) ano, considerando-se como termo inicial a data de publicação da respectiva portaria de credenciamento.

§1º A pessoa jurídica interessada deverá solicitar credenciamento para o endereço que consta no seu respectivo comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

§2º Os pedidos de renovação de credenciamento deverão ser apresentados pelos interessados até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento do credenciamento em vigor.

§3º Os prazos, quando vencermem em finais de semana ou feriados, serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 7º A atuação das Instituições e das Entidades que ministrarem cursos na modalidade presencial seguirá a regra do artigo anterior, salvo quando concedida AUTORIZAÇÃO, por parte deste DETRAN/MG, para que elas possam ministrar seus cursos em municípios que não possuem empresa credenciada para tais fins.

§1º Os cursos de que trata o caput deste artigo deverão ser ministrados em instalações que atendam às normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física e que dispõem do mínimo a seguir:

I - Sala de recepção e espera;

II - Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres. Caso estas não tenham acessibilidade, deverá haver um sanitário unissex exclusivo para candidatos com necessidades especiais;

III - Sala para ensino teórico obedecendo ao critério de 1,20 m² (um metro e vinte centímetros quadrados) por candidato e de 6m² (seis metros quadrados) para o instrutor; com carteiras individuais, adequadas para destra e canhoto, em número compatível com o seu tamanho; cadeira e mesa para o instrutor; e quadro para exposição escrita com, no mínimo, 2m x 1,20m.

§2º A Autorização, de que trata este artigo, terá caráter precário, será específica para o curso solicitado e terá validade condicionada à vigência desse curso.

§3º O conteúdo programático, a carga horária, os requisitos para a matrícula, a abordagem didático pedagógica e as disposições gerais de funcionamento dos cursos ministrados mediante a AUTORIZAÇÃO deverão atender às especificações e às exigências dispostas nas Resoluções do CONTRAN que os disciplinam e os regulamentam.

§4º A Autorização deverá ser solicitada através do sistema SIAEX no prazo mínimo de 20 (vinte) dias úteis antes da data de início do curso.

§5º O requerimento para a AUTORIZAÇÃO, conforme modelo contido no ANEXO II desta Portaria, deverá ser direcionado à Divisão de Habilitação do DETRAN/MG e possuir os seguintes requisitos:

I - Assinatura e carimbo do Coordenador de Ensino ou do Coordenador Geral;

II - Tipo de Curso;

III - Carga Horária do Curso;

IV - Período do Curso;

V - Quadro de aulas do Curso;

VI - Número estimado de alunos;

VII - Relação dos responsáveis (instrutores e diretores) pelo Curso;